

Langoni defende acordo com FMI

RIO - O ex-presidente do Banco Central Carlos Geraldo Langoni disse ontem que o Brasil deveria recorrer ao Fundo Monetário Internacional e a outros organismos multilaterais, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (-BID). Ele explicou que, com US\$ 52 bilhões em reservas, o País está numa situação confortável, mas destacou que um acordo com o fundo sempre significa um aval importante em um momento em que o mercado internacional está tão confuso e sem liquidez.

"Não há por que desprezar uma fonte de liquidez, mesmo que a gente nem venha a lançar mão dela", disse. Para ele, o Brasil poderia fazer o acordo, ter uma linha de crédito stand-by e nem usá-la, se não vier a precisar. Langoni acredita que o Brasil já tomou as medidas de ajuste fis-

cal que o FMI recomendaria, assim, um acordo com o fundo não teria de se submeter a condicionalidades. Internamente, ele reconhece que haveria reação ao acordo com o Fundo, considerado sempre defensor de recessões e com quem no passado o Brasil fez vários acertos criticados pelo público.

Agora, de acordo com Langoni, o FMI é outro, pois tornou-se mais flexível. Como exemplo, citou o acordo que o fundo acaba de fazer com a Argentina, pelo qual a meta estabelecida para aquele País foi uma taxa de crescimento da economia de 6% para 98, e de 7% a partir de 99. "Isso mostra que o o FMI não tem mais um receituário recessivo", afirmou. "É mais inteligente ir ao FMI quando a gente não precisa dele", defendeu.

Quadro negro - Langoni desconsi-

derou as declarações do economista do MIT, Rudiger Dornbusch, que traçou um quadro negro para o País, caso o Brasil não faça logo uma desvalorização cambial. "Nenhum economista tem capacidade de fazer tantas previsões", disse, referindo-se à estimativa de Dornbusch de que sem a desvalorização cambial já, no ano que vem a economia brasileira poderá ter uma queda de 2% a 3% em relação a 1997 - aliás, para Dornbusch, mesmo que haja a desvalorização, o crescimento econômico será nulo no Brasil em 98.

Para Langoni, é bem possível que no segundo semestre do próximo ano o País poderá voltar a crescer. A condição básica, em seu entender, é que avance nas reformas, fazendo aprovar logo a reforma administrativa e a previdenciária e antecipando o calendário da reforma tributária.